

Senador Jamil Haddad contou o caso dos cruzados. Shakespeare, na sua belíssima obra, *Marco Antônio*, quando no discurso da escadaria do Senado romano, conta como o povo pode ir e vir. A nossa obrigação é de representantes do povo, fiscalizar, concordar, discordar, mas, principalmente, emendar para aperfeiçoar. Agradeço a V. Exª este aparte que se tornou longo pela necessidade de colocar meu ponto de vista.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Ronan Tito, o aparte de V. Exª engrandece o nosso pronunciamento, inclusive entendi a inteligência de V. Exª ao desenhar alguns cenários. No entanto, aproveito a oportunidade para reafirmar a V. Exª, Senador Ronan Tito e aos demais Senadores aqui presentes que quanto à elaboração do Plano, tecnicamente, não tenho dúvidas da sua perfeição, inclusive, por que isso tenho ouvido de economistas das várias escolas existentes no País, economistas de linhas ideológicas diferentes, e todos reconhecem a consistência do Plano na sua feitura e elaboração.

No entanto, quanto à dosagem, realmente V. Exª nisso tem razão, porque nós, que desde o primeiro momento apoiámos o Plano, reconhecíamos que ele era necessário, a fim de viabilizar o desenvolvimento e, principalmente, fazer justiça social neste País porque, desta vez, aqueles que mais podiam, pagaram mais. Realmente, é a primeira vez que acontece isso neste País.

Quero dizer a V. Exª que o Presidente e sua equipe econômica estão atentos, e também terão as minhas cobranças no sentido da dosagem. No último sábado, conseguimos aquela autorização para o pagamento das folhas de salários e, hoje, a nossa cobrança é em dois sentidos, Senador Ronan Tito, com relação ao Plano: é na questão das folhas de pagamentos de salários é da necessidade, também, da questão dos descontos de duplicatas.

O Sr. Ronan Tito — Permite V. Exª outro aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Ronan Tito — Estou vendo aqui alguns cooperados e alguns Presidentes de cooperativas. O meu Estado é um grande produtor de leite, principalmente. Os produtores de leite são sempre pequenos e, têm, neste momento, os seus depósitos e o seu recebimento congelados. Eles trabalham para pagar a feira, como se diz no seu Estado. Dentro dessa perfeição que V. Exª insiste, que é na concepção do projeto, foi fechado o BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo. E eles, que têm os seus depósitos nas cooperativas de crédito e as cooperativas de crédito, que têm seus depósitos no BNCC, estão com as mãos na cabeça, a ver navios. E o pior é que o pedantismo está instalado. Já liguei três vezes para o Banco Central. Infelizmente, este modesto Senador da roça não recebe a resposta dos pedantes que lá estão

ocupando os cargos importantes neste instante. Por outro lado, quero alertar para mais uma coisa: estou com medo, nobre Senador, muito medo, do estado policial que está-se estabelecendo.

O SR. ALBANO FRANCO — Quero dizer a V. Exª que, quanto à questão das cooperativas e quanto à questão do leite, na última reunião da segunda-feira, com as lideranças empresariais, esse assunto foi ventilado, foi devidamente anotado, a Ministra Zélia chamou a sua Assessoria e hoje mesmo deverão ser anunciadas as providências para a solução desses problemas, principalmente porque visa a beneficiar e preservar pequenos produtores de leite.

Quero, também, dizer a V. Exª que quanto à questão do estado policial temos conversado freqüentemente com o Ministro Bernardo Cabral e V. Exª ouvirá, no final do meu pronunciamento, a questão da liberdade de negociar, mas acho que todos nós, nessa hora, quando há sacrifício para todos, precisamos, não só de sacrifício, mas de calma, porque o Senador Jamil Haddad já falou dessa compra de cofrês, o que é normal, pois nas primeiras medidas todos ficam preocupados, mas não tenho dúvidas de que, dentro de 8 a 10 dias, tudo voltará à normalidade e a tranquilidade reinará.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Meira Filho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Ouço o Senador Fernando Henrique Cardoso, que já havia pedido um aparte anteriormente.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Como o Senador Ronan Tito disse que há uma reunião do PMDB, a Bancada do PSDB também está reunida para discutir as emendas e peço desculpas aos meus companheiros atropelá-los no aparte. Senador Albano Franco, ouvi com atenção partes do discurso de V. Exª Como sempre, V. Exª é muito judicioso no que diz nesta Casa. Quero, em primeiro lugar, dizer que me solidarizo com relação às demandas específicas da Confederação Nacional da Indústria sobre a folha de salários. Essa matéria é importante. Não é fácil de ser resolvida, porque o limite entre a concessão e a destruição do Plano é algo que tem de ser ponderado, mas não há dúvida alguma de que hoje a questão principal, no Brasil, é a garantia do emprego, porque o Plano contém elementos recessivos. E é preciso que esses elementos recessivos sejam controlados. Alguém já disse que a diferença entre uma recessão e uma depressão é muito tênue.

Sabe-se como se entra num processo de depressão e, dificilmente, se sabe como se sai dele. Portanto, apenas repito o que aqui foi dito: as questões de gestão desse Plano são mais delicadas do que propriamente as

propostas do Plano. Recordo-me de ter ouvido aqui — e no Brasil todos disseram — com respeito aos vários planos passados, que eles eram perfeitos. Recordo-me que o “Plano Verão” foi considerado pelos economistas como o melhor de todos, porque se beneficiara das experiências dos planos anteriores e o “Plano Verão” fez água antes de chegar a primavera. Temo esse clima de euforia. Sabe V. Exª que sou defensor do Plano. Sabe V. Exª que não só eu, mas o meu Partido, achamos que eram necessárias medidas enérgicas e as medidas vão ser apoiadas por nós. Mas acredito que o Congresso tem que ponderar muito, pois ao apoiar o Plano ele estará apoiando o Brasil, e para apoiar o Brasil, ele precisa também considerar a necessidade de modificar o plano. Devo dizer, com toda sinceridade, que tenho uma preocupação institucional. Não vejo com bons olhos a corrida que ora se estabelece entre Congresso Nacional e Palácio do Planalto. Não vejo com bons olhos. Lutei durante muitos anos, como muitos de nós aqui, para que o Congresso Nacional tivesse possibilidade de existir como uma instituição democrática, com força. Fizemos uma Constituição nova que nos custou muito. Agora o Congresso ou exerce a sua força ou regredimos. Cabe ao Presidente da República exercer a autoridade dele. É mais do que um direito: é um dever do Presidente, mas nós também temos que exercer a nossa. As negociações têm que ser feitas no Congresso Nacional. Essa corrida aos Palácios, eu as vejo com maus olhos. Não me refiro a V. Exª, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que necessariamente terá de fazê-lo. Refiro-me às Lideranças políticas, à cordialidade que deve presidir a relação entre os Poderes, que não deve ser confundida com a subserviência aos Poderes. Se um dos Poderes diz que ele mesmo muda para atender aos nossos reclamos, ao aceitarmos isso, estamos perdendo a nossa força política. As modificações terão que ser feitas neste Congresso. Não são muitas. É possível reajustar o Plano; mas a responsabilidade maior hoje não é mais do Presidente da República: é do Congresso. Acredito, Sr. Senador Albano Franco, que as demandas da Confederação Nacional da Indústria e dos trabalhadores — e há muitas — devem ser analisadas. Por exemplo, hoje há uma indeterminação quanto à política salarial. A Ministra Zélia Cardoso de Mello tem boa vontade, e acredito nisso, mas a lei não diz nada. E se, amanhã, a Ministra é outra? Não existe nenhuma palavra sequer de garantia do salário mínimo no estilo que havia anteriormente. Não há regras, a não ser a definição sobre aumentar-se o salário mínimo a cada três meses. O Congresso não pode deixar acontecer o que está acontecendo: a substituição de uma proposta aprovada por nós sobre salário por uma indefinição. Regras têm que ser feitas, compatíveis com o Plano, mas regras têm que ser estabelecidas. Da mesma maneira, sabe V. Exª que o limite de saque de Cr\$ 50.000,00 não foi tomado com base técnica extraordinária. V. Exª sabe que o Banco Central não